

MP elimina reajuste salarial automático

Reposição dependerá de negociações entre empresas e trabalhadores; Ufir continua trimestral até janeiro; contratos podem ser reajustados por índices de preços gerais; surgem uma nova aplicação de longo prazo e a poupança vinculada ao financiamento habitacional.



ODAIL FIGUEIREDO
E RIBAMAR OLIVEIRA

Um processo gradual de desindexação da economia foi

iniciado ontem pelo governo, com a edição da medida provisória que acaba com o reajuste automático dos salários pela inflação passada e institui a livre negociação entre patrões e empregados. Foi mantido o reajuste trimestral da Ufir, que corrige os impostos. Só em janeiro a Ufir passará a ser semestral, e serão extintas também as unidades monetárias de contas fiscais dos Estados e municípios. A MP mantém o prazo mínimo de um ano para a correção monetária dos contratos, que poderão ser reajustados com base em índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção. Foi criado um novo tipo de aplicação e também uma poupança vinculada ao financiamento habitacional.

Para induzir o mercado financeiro a operar com prazos mais longos, o governo criou uma nova forma de aplicação, o Depósito de Reaplicação Automática (DRA), que terá prazo mínimo de 90 dias e cuja rentabilidade será dada pela Taxa Básica Financeira (TBF). A caderneta de poupança tra-

dicional continuará existindo, bem como a Taxa Referencial (TR). Mas o governo aumentou o redutor que incide sobre a TR de 1 para 1,2%.

Foram mantidas inalteradas as aplicações de curto e curtíssimo prazos no mercado, como as operações do Fundo de Aplicação Financeira (FAF) e do fundo de commodities. O Conselho Monetário Nacional autorizou a captação de recursos externos para a construção de moradias e criou a poupança vinculada ao financiamento destinado à habitação.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, rebateu as críticas de que o governo criou regras diferentes para os salários e para os contratos da economia. "Não é correta a percepção de que o salário é o único preço que perdeu a garantia de reajuste por índice de preços", afirmou. Para reforçar sua interpretação, Malan citou diversas vezes, durante entrevista coletiva, o artigo nono da MP, que assegura aos trabalhadores o resíduo da inflação medida pelo IPC-r.

"A fórmula que adotamos é de uma gradual transição na direção da livre negociação salarial", afirmou Malan. O ministro do Planejamento, José Serra, disse que se o reajuste trimestral da Ufir não fosse

mantido, as empresas e pessoas físicas pagariam mais imposto este ano. Para ele, a MP editada ontem é coerente com os objetivos do Plano Real de acabar com as correções automáticas de preços pela inflação passada. "Continuamos buscando formas para que a inflação de hoje fique livre da inflação de ontem", afirmou. Malan disse que o governo deu um importante passo para que o País possa conviver com valores e taxas nominais na economia. "Estamos caminhando no mundo do nominalismo", afirmou.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, destacou que as aplicações financeiras de curtíssimo prazo não foram afetadas e nem a desindexação foi inteiramente proibida no mercado financeiro, porque o governo espera caminhar nessa direção de forma gradual. "Essa passagem precisa ser gradual para que possamos proteger a poupança financeira", afirmou. Ele disse que o governo espera um alongamento natural dos prazos de aplicação: "Será um processo gradual de indução".

Congresso

O líder do PDT na Câmara, Miro Teixeira (RJ), e Severia-

no Alves (PDT-BA), requereram a convocação extraordinária da comissão representativa dos deputados e senadores que vai funcionar durante o recesso parlamentar, por causa da edição da medida provisória que desindexa a economia. A comissão tem 32 deputados e oito senadores e deverá reunir-se quando ocorrer um fato relevante. Os dois deputados acham que a MP é mais do que relevante.

Alves faz parte da comissão representativa, e quer que ela se reúna a partir de terça-feira para iniciar os debates. O deputado quer que a comissão fique de plantão permanente a partir de agora "para evitar que seja perpetrado qualquer outro golpe contra os assalariados e a soberania do País".

O líder do PC do B na Câmara, Aldo Rebelo (SP), disse que o empenho demonstrado pelos presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), em evitar a convocação extraordinária do Congresso teve um objetivo: deixar livre o caminho para que o governo fizesse a medida provisória da desindexação. "Sem o Congresso funcionando, não haverá debate sobre a medida provisória", disse Rebelo.